



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Publicação no D.O.E
nº. 33417 pág. 4
de: 06/12/16
Caderno: Pub. Diversas

CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 357/2016	
INTERESSADO(A):	Marinete Lourenço Mota
ASSUNTO:	Pagamento retroativo de bolsa suspensa no âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas – RH-INTERIORIZAÇÃO – Edital nº 003/2014.
PROCESSO Nº:	062.00739.2016-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) a solicitação de pagamento da mensalidade de bolsa suspensa em outubro de 2015, apresentada pela discente **Marinete Lourenço Mota**, no âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas – RH-INTERIORIZAÇÃO – Edital nº 003/2014;

b) que durante o processo de recadastramento obrigatório dos bolsistas desta Fundação no ano de 2015, a discente apresentou comprovante de residência na cidade de Manaus e informou que o curso estava sendo realizado no Instituto de Natureza e Cultura, Polo da UFAM no Alto Solimões, no município de Benjamin Constant, e ressalta que cursou algumas disciplinas naquele município e outras em Manaus, e informa que sua qualificação foi realizada em Manaus;

c) a manifestação da UFAM que informou que o PPGSCA, além da sede em Manaus/AM, possui outras turmas nas cidades de Benjamin Constant e Parintins/AM, bem como, que a oferta das turmas fora de sede são chamadas internamente de Mintra e Dintra, e ainda, que não requer prévia autorização da CAPES por não se tratar de curso novo, sendo esta iniciativa um esforço para capacitação com celeridade de servidores não contemplados no Plano Trienal de Capacitação e que, portanto, não poderiam solicitar afastamento para qualificação;

d) o Despacho da Diretoria Técnico-Científica desta Fundação:

I – mencionando o Decreto nº 5.773/2006, o qual estabelece em seu art. 24 que as universidades carecem de autonomia para criação de cursos fora de sede e que requerem prévio credenciamento junto ao MEC, e autorização da Secretaria de Educação Superior – SEC, e ainda, a Resolução CNE/CES Nº 1, de 03 de abril de 2001, que disciplina em seus Arts. 1º e 2º que a turma fora de sede requer prévia autorização da CAPES;

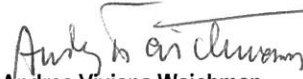
II – informando ainda, que embora o curso realizado fora de sede não tenha sido autorizado pela CAPES, não houve má-fé por parte da discente em pleitear bolsa de estudo junto à FAPEAM, no entanto, a interessada não faz jus ao retroativo pleiteado, considerando o disposto nos subitens 14.5 e 14.6 do Edital nº 003/2014 – RH-INTERIORIZAÇÃO,

DECIDIU:

INDEFERIR a solicitação do pagamento retroativo da bolsa suspensa apresentada pela discente **Marinete Lourenço Mota** no âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas – RH-INTERIORIZAÇÃO.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 21 de outubro de 2016.


René Levy Aguiar
Presidente


Andrea Viviana Waichman
Diretora Técnico-Científica
Conselheira


André de Santa Maria Bindá
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro